

ATUAÇÃO DO MPCE

- 12/12/2022 – MPCE certifica municípios de Forquilha e Guaiúba por concluírem todas as etapas do projeto “Previne – Violência nas Escolas, não!” – MPCE
- 07/12/2022 - Justiça acata ação do MPCE e determina afastamento de secretário de Transportes e coordenador de Manutenção de Frota de Aurora após acidente com ônibus escolar – MPCE
- 02/12/2022 - DECON fiscaliza reajuste de valores de matrículas e anuidades escolares – MPCE
- 02/12/2022 - MPCE requer exoneração do secretário de Transportes e do coordenador de Manutenção de Frota de Aurora por acidente com ônibus escolar – MPCE
- 01/12/2022 - MPCE libera 1.300 acessos para profissionais fazerem curso do projeto “PREVINE – Violência nas Escolas, não!” – MPCE

ATUAÇÃO DO OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

- 28/12/2022 - MP-AP recomenda ao Município de Ferreira Gomes que não utilize escola para realização de eventos públicos que causem depredação – MPAP
- 23/12/2022 - ALCÂNTARA - Ação do MPMA cobra acessibilidade em escolas municipais – MPMA
- 23/12/2022 - Frei Miguelinho: Município deve cumprir legislação do piso do magistério – MPPE
- 21/12/2022 - Cidadania em Ação: Projeto do MPPE premia estudantes com bom desempenho escolar, em Salgueiro – MPPE
- 21/12/2022 - MPRJ recomenda medidas para que o Estado do RJ aplique na educação os recursos provenientes de royalties do petróleo – MPRJ
- 20/12/2022 - MPRO participa de elaboração da Nota Técnica de igualdade racial no ambiente escolar – MPRO
- 19/12/2022 - MPAC recebe Afac e discute ausência de profissionais para atendimento de autistas nas escolas – MPAC
- 19/12/2022 - Pelotas: Promotoria Regional da Educação realiza encontro para discutir a Ficai na região – MPRS
- 19/12/2022 - São Gabriel: MPRS recebe 175 celulares para destinação a alunos contemplados pelo Projeto Alquimia II – MPRS

- 16/12/2022 - Suspensa lei que instituiu ensino domiciliar na educação básica de Taubaté – MPSP
- 16/12/2022 - Em audiência pública em Paranã, MPTO aponta deficiência na educação local e cobra providências dos gestores – MPTO
- 16/12/2022 - MPDFT premia escolas que se destacaram no Projeto NaMoral – MPDFT
- 15/12/2022 - Pedido de liminar do MPGO é acolhido e Justiça proíbe Município de Goiânia de fechar bibliotecas e transferir crianças matriculadas em CMEIs para unidades de ensino fundamental – MPGO
- 15/12/2022 - Entidades reúnem-se em audiência pública e discutem metas para superar problemas da aprendizagem educacional em Miracema – MPTO
- 14/12/2022 - Em reunião, MPPA e mães debatem transporte público para atendimento de estudantes PCD – MPPA
- 14/12/2022 - CAO de Direitos Sociais lança manual sobre o Sistema Único da Assistência Social e orientações de gestão democrática nas escolas – MPPA
- 14/12/2022 - MPRJ e município de Mendes assinam compromisso para garantir o repasse de recursos para a área da Educação – MPRJ
- 14/12/2022 - MPRJ firma acordo com o município de Sumidouro para garantir repasses contínuos para o desenvolvimento da Educação – MPRJ
- 14/12/2022 - MP de Rondônia obtém na Justiça compromisso do Estado em fornecer transporte escolar a estudantes ribeirinhos em até 60 dias – MPRO
- 14/12/2022 - NaMoral: chegou a hora de conhecer as escolas vencedoras do game da integridade 2022 – MPDFT
- 13/12/2022 - Ministério Público requer que Município de Palmas viabilize parcerias com instituições privadas para sanar déficit na oferta de vagas em creches – MPTO
- 12/12/2022 - MPGO aciona secretário de Educação de Catalão por contratação irregular de transporte escolar – MPGO
- 12/12/2022 - ACP requer construção de Centro Infantil no Distrito Primavera – MPMT
- 12/12/2022 - Inclusão: Gace Educação celebra resultado de trabalho desenvolvido em prol de políticas públicas voltadas para educação especial – MPPE

- 12/12/2022 - MPRJ promove seminário sobre desafios e perspectivas políticas e pedagógicas da EJA no cenário pós-pandemia de Covid-19 – MPRJ
- 12/12/2022 - Força-Tarefa do MPRO para garantia de transporte escolar fluvial se reúne com representantes de comunidades ribeirinhas – MPRO
- 12/12/2022 - Balneário Piçarras se compromete a contratar profissionais para a educação inclusiva e especial na rede municipal de ensino – MPSC
- 08/12/2022 - GAEDUC se reúne com TCE/SC para discutir atuação conjunta dos órgãos pela valorização do magistério – MPSC
- 07/12/2022 - Justiça acata pedido do MPPA e determina adaptação na estrutura elétrica de escolas públicas do município de Afuá – MPPA
- 07/12/2022 - MPPA promove reunião com a sociedade sobre atuação da instituição para a eficácia dos conselhos escolares – MPPA
- 07/12/2022 - Em favor do MPPA, Justiça determina a regularização de escolas da rede pública – MPPA
- 07/12/2022 - CAO Educação auxilia membros sobre lei que determina assistentes sociais e psicólogos na rede pública – MPPE
- 07/12/2022 - MPPI recomenda que prefeito e secretária municipal de educação de Paulistana comprovem cumprimento de carga horária escolar de 2022 – MPPI
- 07/12/2022 - Projeto do MPRS Busca Ativa Escolar e Recuperação de Aprendizagens ganha Menção Honrosa na 19ª edição do Prêmio Inovare – MPRS
- 07/12/2022 - MPDFT promove palestra sobre cyberbullying e fake news em escola de Brazlândia – MPDFT
- 06/12/2022 - MPRO cria Força-Tarefa para assegurar oferta de transporte escolar fluvial nas comunidades ribeirinhas – MPRO
- 05/12/2022 - SÃO LUÍS - Tema dos Direitos Humanos é apresentado a alunos da rede estadual – MPMA
- 05/12/2022 - GT pela Inclusão Escolar de Porto Alegre conclui a avaliação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação – MPRS
- 05/12/2022 - Distribuição de ICMS aos Municípios considerando índices educacionais tem indicadores definidos – MPSC
- 03/12/2022 - MPES recebe visita institucional de Escola Estadual para conversa a respeito dos direitos humanos – MPES

- 02/12/2022 - Mais de 100 pessoas discutem em audiência pública futuro do EJA em Salvador – MPBA
- 02/12/2022 - MPGO vai à Justiça para que seja suspenso o fechamento de bibliotecas da rede pública de Goiânia e criadas novas vagas para pré-escola e educação infantil – MPGO
- 01/12/2022 - Promotoria de Tartarugalzinho ajuíza Ação Civil Pública, em desfavor do Estado, para que seja disponibilizado professores em escola do município – MPAP
- 01/12/2022 - Programa Escola Sustentável integra festival internacional de gastronomia orgânica – MPBA
- 01/12/2022 - MPPA discute sobre estrutura física de escolas públicas com a SEDUC – MPPA

OUTRAS NOTÍCIAS

- 19/12/2022 - Relatório aponta que Ministério Público obteve altos índices no cumprimento de resoluções do CNMP que tratam da defesa da criança e do adolescente – CNMP
- 19/12/2022 - Série “E Aí, Professor?”, do Futura, debate a Busca Ativa Escolar – Undime
- 14/12/2022 - Gaepe-Brasil se manifesta para que redes de ensino interpretem com cautela resultados das avaliações educacionais – Gaepe-Brasil
- 12/12/2022 - MEC lança estudo sobre mapeamento da adequação docente no Brasil nos últimos sete anos – MEC
- 09/12/2022 - Estudantes e professores unem-se para enfrentar a cultura de fracasso escolar no Rio Grande do Norte – UNICEF
- 05/12/2022 - Lançada oficialmente campanha para discutir compartilhamento de nudes; escolas são público-alvo – DPCE
- 05/12/2022 - Publicada resolução que aprova a metodologia de aferição da condicionalidade III do VAAR Fundeb para vigência em 2023 – Undime
- 05/12/2022 - Lei Berenice Piana: ensino para autistas demanda dados e iniciativa no sistema de ensino – CNJ

ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

Lei Complementar Estadual nº 297, de 16.12.2022 – Amplia, no Estado do Ceará, o Programa Aprendizagem na Idade Certa – MAIS PAIC, objetivando a universalização do ensino fundamental em tempo integral na Rede Pública de Ensino dos municípios cearenses.

Lei Estadual nº 18.299, de 27.12.2022 – Dispõe sobre o Programa Estadual Escolas da Cultura.

Lei Estadual nº 18.294, de 26.12.2022 – Estabelece como um dos critérios para determinar a prioridade de vagas nas Escolas de Tempo Integral que a criança ou o adolescente esteja em situação de vulnerabilidade.

Lei Estadual nº 18.290, de 26.12.2022 – institui o dia estadual de incentivo à leitura de autores e autoras cearenses, denominado Dia Patativa do Assaré.

Lei Estadual nº 18.281, de 26.12.2022 – Institui a Campanha de Conscientização sobre a Depressão na Infância e na Adolescência no âmbito do Estado do Ceará.

Lei Estadual nº 18.280, de 26.12.2022 – Dispõe sobre a inclusão da disciplina Estatuto da Pessoa com Deficiência como conteúdo transversal na grade curricular das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino Médio.

Lei Estadual nº 18.253, de 07.12.2022 – Altera a Lei nº 12.066, de 13 de janeiro de 1993, que aprova a estrutura do grupo ocupacional magistério de 1.º e 2.º graus – mag e institui o Sistema de Carreira do Magistério Oficial de 1.º e 2.º graus do Estado, e a Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, que prevê o Estatuto dos Servidores do Estado do Ceará.

Resolução FNDE nº 10, de 08.12.2022 – Dispõe sobre os critérios e as formas de transferência, execução e prestação de contas dos recursos financeiros nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE às escolas públicas de educação infantil, participantes do Programa Primeira Infância na Escola, instituído pela Portaria MEC nº 357, de 17 de maio de 2022.

Portaria FNDE nº 808, de 29.12.2022 – Dispõe sobre as normas destinadas a orientar a ação dos gestores responsáveis, no âmbito das esferas governamentais, pela criação, composição, funcionamento e cadastramento dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB, previstos na Lei no 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e no Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021, e dá outras providências.

JURISPRUDÊNCIA – DEZEMBRO

TJMG – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARAÍSO –

**OBRIGATORIEDADE DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FIRMADAS POR MEIO DE TAC – EMEN-
TA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MUNICÍPIO DE UBERABA - PRELIMINARES - COMPE-
TÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INTEMPESTIVIDADE - ART. 198, II, DO ECA - APLICA-
BILIDADE PARA OS ARTS. 152 A 197 DO ECA - FALTA DE INTERESSE RECURSAL - INOCORRÊNCIA -
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO
DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARAÍSO - AUSÊNCIA DE ALVARÁ SANITÁRIO - IR-
REGULARIDADE NO PROJETO PARA PREVENÇÃO DE INCÊNDIO E PÂNICO - REGULARIZAÇÃO PE-
RANTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - OBRIGATORIEDADE DO CUMPRIMENTO DAS
OBRIGAÇÕES FIRMADAS POR MEIO DE TAC - EXIGIBILIDADE - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE OU
ILEGALIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO DAS OBRIGAÇÕES PELA ALEGAÇÃO DE INSU-
FICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA - SENTENÇA CONFIRMADA.**

1. Compete às Varas da Infância e Juventude processar e julgar as ações que tratam dos direitos individuais, difusos ou coletivos da criança e adolescente, principalmente os afetos à educação, por guardar relação direta com a dignidade da pessoa humana.

2. Conforme consolidada a orientação da Corte Superior do colendo STJ, os prazos previstos no inciso II do art. 198 da Lei 8.069/90 somente são aplicáveis aos procedimentos especiais previstos nos artigos 152 a 197 do ECA. Assim, rejeita-se a preliminar de intempestividade do recurso.

3. Somente deverá ser acolhida a preliminar de falta de interesse recursal quando as razões do apelo não contrariarem os fundamentos da sentença, o que não ocorreu nos presentes autos.

4. Tendo o Município firmado Termo de Ajustamento de Conduta e se comprometido ao cumprimento das obrigações ali previstas, não há que se falar em ingerência indevida do Poder Judiciário.

5. Diante do compromisso espontâneo do Município em promover medidas de regularização no CEMEI Paraíso, inexistente irregularidade do acordo, cujo descumprimento não se justifica pela incapacidade orçamentária.

6. Sentença confirmada.

(TJ-MG – AC XXXXX-21.2020.8.13.0701 Uberaba, Câmaras Cíveis / 2ª CÂMARA CÍVEL, rel. Afrânio Vilela, j. dezembro de 2022)

**TJSP – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DIREITO À EDUCAÇÃO – COMUNIDADE QUILOMBOLA ISOLADA –
APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Comunidade Quilombola isolada. Direito à
Educação. Mínimo existencial que deve ser fornecido pelo Estado incondicionalmente. Peculiaridades da lo-
calização geográfica da comunidade que não podem impedir o acesso à educação de crianças e adolescen-
tes ou imputar-lhes ônus desproporcional a seu desenvolvimento. Ausência de violação à Separação de Po-
deres. Multas e prazos que se mostram razoáveis. REEXAME NECESSÁRIO E APELO DO ESTADO DES-
PROVIDOS.**

(TJ-SP – APL XXXXX-52.2017.8.26.0172 São Paulo, Câmara Especial, rel. Beretta da Silveira (Pres. da Se-
ção de Direito Privado), j. 12.12.2022)

**TJMG – EDUCAÇÃO INCLUSIVA – ATENDIMENTO ESPECIALIZADO – MEDIDA COERCITIVA – AGRA-
VO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - EDUCAÇÃO INCLUSIVA - PROFESSOR DE
APOIO - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A MENOR - GARANTIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL À
EDUCAÇÃO- PODER PÚBLICO - MEDIDA COERCITIVA - RESISTENCIA AO CUMPRIMENTO DE ORDEM
JUDICIAL - POSSIBILIDADE.**

- Cabe ao Poder Público implementar sistema educacional inclusivo, por meio da oferta de serviços que elimine as barreiras e promovam a inclusão plena, inclusive com formação e disponibilização de professores para atendimento especializado, para propiciar com que a pessoa com deficiência alcance o máximo de desenvolvimento possível - A Constituição Federal considera que a garantia do acesso ao direito à educação pela criança e pelo adolescente é atribuição da família, da sociedade e do Estado (art. 227, "caput") - A adoção de medidas coercitivas, como a aplicação de multa e o bloqueio de verba pública, para assegurar o cumprimento de obrigação de fazer, depende do juízo de convencimento do magistrado, a quem compete avaliar a necessidade de sua imposição, no caso concreto, se porventura houver resistência ao cumprimento da ordem judicial.

(TJ-MG – AI: XXXXX-14.2022.8.13.0000 MG, Câmaras Cíveis / 7ª CÂMARA CÍVEL, rel. Magid Nauef Láuar, j. dezembro de 2022)

TJSC – DISPONIBILIZAÇÃO DE VAGA EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO INFANTIL – APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA PARA FORNECIMENTO DE VAGA EM CRECHE. EDUCAÇÃO. DISPONIBILIZAÇÃO DE VAGA EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO INFANTIL. MUNICÍPIO DE GASPAR. DIREITO CONSTITUCIONALMENTE CONSAGRADO À EDUCAÇÃO. DEVER DO MUNICÍPIO EM DISPONIBILIZAR VAGA EM CRECHE PRÓXIMO À RESIDÊNCIA DA AUTORA. SENTENÇA DENEGATÓRIA. RECURSO DE APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA PROVIDOS PARA O FORNECIMENTO DE VAGA EM INSTITUIÇÃO DA REDE PÚBLICA EM PERÍODO INTEGRAL.

(TJ-SC – APL: XXXXX-41.2022.8.24.0025 Santa Catarina, Segunda Câmara de Direito Público, rel. Sérgio Roberto Baasch Luz, j. 13.12.2022)

TJMG – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA – AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA. DURAÇÃO DE JORNADA EXTRA-CLASSE. 1/3 DA CARGA HORÁRIA. DEVIDA. TUTELA DE EVIDÊNCIA. REQUISITOS PRESENTES. RECURSO PROVIDO.

1. A Lei Federal nº 11.738 de 2008 estabelece que a jornada extraclasse deve corresponder a 1/3 da carga horária total do professor da educação básica.

2. Cabe ao ente público municipal adequar a carga horária de seus profissionais da educação básica, compatibilizando-a com a proporção definida em lei federal vigente.

3. A concessão de tutela de evidência pressupõe o atendimento dos requisitos legais. Presentes os requisitos, a medida deve ser concedida.

4. Agravo de instrumento conhecido e provido para determinar a adequação da jornada de trabalho dos professores da rede municipal de Frutal.

(TJ-MG – AI: XXXXX-64.2022.8.13.0000 MG, Câmaras Cíveis / 2ª CÂMARA CÍVEL, rel. Caetano Levi Lopes, j. dezembro de 2022)